



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, SOB REGIME DE GARANTIA FIRME, DA PCH HOLDING 2 S.A.

Pelo presente instrumento particular, como emissora,

(a) **PCH HOLDING 2 S.A.**, sociedade por ações, sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários (**"CVM"**) com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Dr. Cardoso de Melo, nº 1.184, 7º andar, sala B, Vila Olímpia, CEP 04548-004, inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.623.581/0001-34, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo (**"JUCESP"**) sob o NIRE 35.300.414.772, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (**"Emissora"**);

e, como agente fiduciário, representando a comunhão dos titulares das debêntures da 1ª (primeira) emissão pública de debêntures da Emissora (**"Debenturistas"**) e, individualmente, (**"Debenturista"**),

(b) **PENTAGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 4 – Sala 514, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social (**"Agente Fiduciário"**);

e, na qualidade de interveniente garantidora,

(c) **CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Dr. Cardoso de Melo, nº 1.184, 7º andar, Vila Olímpia, CEP 04548-004, inscrita no CNPJ/MF nº 08.439.659/0001-50, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (**"Garantidora"**);

vêm por esta firmar, na melhor forma de direito, o presente "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, em Série Única, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, sob Regime de Garantia Firme, da PCH Holding 2 S.A." (respectivamente, **"Escritura de Emissão"**, **"Emissão"** e **"Debêntures"**), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:





2.1.3.1. As Debêntures serão registradas para distribuição pública no mercado primário no SDT – Módulo de Distribuição de Títulos (“SDT”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição liquidada financeiramente através da CETIP.

2.1.3. Registro para Colocação e Negociação

2.1.2.2. Após a realização dos registros mencionados no item 2.1.2.1, acima deverá ser entregue ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original do respectivo documento registrado no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da data do efetivo registro.

2.1.2.1. Esta Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão protocolados para registro na JUCESP em até 05 (cinco) dias contados da data da respectiva assinatura, de acordo com o artigo 62, inciso II, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações, devendo ser entregues cópias dos protocolos dos respectivos pedidos de registro ao Agente Fiduciário em até 05 (cinco) dias úteis contados da data do efetivo protocolo.

2.1.2. Registro da Escritura de Emissão

2.1.1.1. A ata da AGE será arquivada na JUCESP e publicada no (i) Diário Oficial do Estado de São Paulo; e (ii) no jornal “O Dia SP”, em atendimento ao disposto no artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações.

Ata da AGE

2.1.1. Arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo e Publicação da

2.1. A emissão das Debêntures será realizada com observância dos seguintes requisitos:

Clausula Segunda – DOS REQUISITOS

1.1. A presente Escritura de Emissão é firmada com base na deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 20 de dezembro de 2011 (“AGE”), na qual foram deliberadas as condições da Emissão, conforme disposto no artigo 59 da Lei nº. 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”).

Clausula Primeira – DA AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA EMISSÃO



2.1.5.1. O Instrumento de Fiança será registrado previamente à data de subscrição e liquidação das Debêntures, no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

2.1.5. Constituição da Garantia Fidejussória

2.1.4.1. A prestação da Fiança, objeto do Instrumento de Fiança, conforme definido no item 4.15 abaixo, pela Garantidora, foi devidamente aprovada por seu Conselho de Administração, em reunião realizada em 27 de outubro de 2011, cuja ata será registrada na JUCESP e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Brasil Econômico – Caderno São Paulo.

2.1.4. Aprovação da Garantia Fidejussória

2.1.3.5. Não obstante o descrito no item 2.1.3.2. acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme definido no item 4.1.3.1. abaixo), depois de decorridos 90 (noventa) dias contados da data de sua subscrição ou aquisição pelo Investidor Qualificado, nos termos dos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476 e do cumprimento, pela Emissora, das obrigações previstas nos itens descritos no artigo 17 da Instrução CVM 476.

2.1.3.4. A Oferta Restrita (conforme definida abaixo) está automaticamente dispensada de registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 25 do “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários”.

2.1.3.3. A Emissão será realizada nos termos da Instrução da CVM nº. 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 476”) e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 6º da Instrução CVM 476 e o artigo 19 da Lei nº. 6.385, de 7 de dezembro de 1976.

2.1.3.2. As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do SND – Módulo Nacional de Debêntures (“SND”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a negociação das Debêntures liquidada financeiramente por meio da CETIP e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.



2.1.5.2. Após a realização do registro mencionado no item 2.1.5.1 acima deverá ser entregue ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original do respectivo documento registrado no prazo de até 3 (três) dias úteis contados da data do efetivo registro.

Cláusula Terceira – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social

3.1.1. A Emissora tem por objeto social o investimento no capital de outras sociedades nas áreas de energia, recursos naturais, infraestrutura ou de serviços a estas relacionados.

3.2. Série

3.2.1. A Emissão será realizada em uma única série.

3.3. Valor Total da Emissão

3.3.1. O valor total da Emissão será de R\$ 158.192.994,42 (cento e cinquenta e oito milhões, cento e noventa e dois mil, novecentos e noventa e quatro reais e quarenta e dois centavos) na Data de Emissão (conforme abaixo definido) ("Valor Total da Emissão").

3.4. Quantidade de Debêntures

3.4.1. Serão emitidas 1.581 (uma mil, quinhentas e oitenta e uma) Debêntures.

3.5. Destinação dos Recursos

3.5.1. Os recursos obtidos por meio da presente Emissão serão destinados para a aquisição da totalidade das ações do capital social da Santa Luzia Energética S.A., atualmente detidas por PST Energias Renováveis e Participações S.A., subsidiária da Glép Energias Renováveis e Participações S.A.

3.5.2. Os recursos obtidos por meio da presente Emissão deverão ser utilizados pela Emissora para a finalidade acima descrita até 17 de janeiro de 2012.



4.1.3. O público alvo da Oferta Restrita será composto por investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 109 da Instrução CVM nº. 409, de 18 de agosto de

4.1.2. O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, nos termos do item 4.1.3 abaixo, sendo possível a subscrição ou aquisição das Debêntures por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, conforme definidos abaixo.

4.1.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, sob regime de garantia firme de colocação da totalidade das Debêntures ("Oferta Restrita"), com a intermediação do Banco Santander (Brasil) S.A., na qualidade de instituição intermediária líder da Oferta ("Coordenador Líder").

4.1. Colocação

Clausula Quarta – DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

3.8.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar à Instituição Mandataria, com cópia para a Emissora e para o Agente Fiduciário, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

3.8. Imunidade ou Isenção de Debenturistas

3.7.1. A instituição mandataria e escrituradora da presente Emissão será a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64 ("Instituição Mandataria" e "Agente Escriturador").

3.7. Instituição Mandataria e Escrituradora

3.6.1. Esta Escritura de Emissão representa a 1ª (primeira) emissão pública de debêntures da Emissora.

3.6. Número da Emissão



2004, conforme alterada, observado ainda o disposto nos incisos I e II do artigo 4º da Instrução CVM 476 ("Investidores Qualificados").

4.1.3.1. Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta Restrita descrita na presente Cláusula: (i) todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados e (ii) as pessoas naturais e jurídicas consideradas Investidores Qualificados deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

4.1.4. A Emissão e a Oferta Restrita não poderão ser aumentadas em nenhuma hipótese.

4.1.5. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP, e com o Plano de Distribuição descrito nesta Cláusula Quarta.

4.1.6. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando estar ciente de que: (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; e (ii) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas nesta Escritura de Emissão e na regulamentação aplicável, devendo, ainda, por meio de tal declaração, manifestar sua concordância expressa a todos os seus termos e condições.

4.1.7. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Qualificados interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Oferta Restrita, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos.

4.1.8. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

4.1.9. A colocação das Debêntures será realizada a qualquer tempo, a partir da data de início de distribuição, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 8º da Instrução CVM 476 e dentro do prazo de distribuição estabelecido no Plano de Distribuição.



4.7.1. As Debêntures terão prazo de vigência de 11 (onze) anos e 6 (seis) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 20 de junho de 2023 ("Data

4.7. Prazo de Vigência e Data de Vencimento

4.6.2. As Debêntures serão integralizadas em moeda corrente nacional, à vista, no ato da subscrição, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP.

4.6.1. As Debêntures serão inscritas pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da respectiva Remuneração (conforme definida abaixo), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de integralização.

4.6. Prazo e Forma de Subscrição e Integralização

4.5.1. As Debêntures serão da espécie quirografária e contarão com garantia adicional na forma de fiança, conforme descrita no item 4.15, abaixo.

4.5. Espécie

4.4.2. Para todos os fins e efeitos, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pela instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures, o Agente Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND o extrato em nome dos Debenturistas emitido pela CETIP.

4.4.1. As Debêntures serão da forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautela, não convertíveis em ações de emissão da Emissora.

4.4. Forma, Convertibilidade e Comprovação da Titularidade das Debêntures

4.3.1. O valor nominal unitário das Debêntures, na respectiva Data de Emissão, será de R\$100.058,82 (cem mil e cinquenta e oito reais e oitenta e dois centavos) ("Valor Nominal Unitário").

4.3. Valor Nominal Unitário das Debêntures

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 20 de dezembro de 2011 ("Data de Emissão").

4.2. Data de Emissão das Debêntures



4.9.2. A remuneração das Debêntures contemplará juros remuneratórios, correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida de uma sobretaxa de 1,60% (um inteiro e sessenta centésimos por cento) ao ano, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis. Os juros remuneratórios serão calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário de cada Debênture

4.9.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado.

4.9. Remuneração

(b) 5 (cinco) parcelas restantes correspondendo a uma amortização de 15,60% (quinze inteiros e sessenta centésimos por cento) do Valor Total da Emissão.

(a) 4 (quatro) parcelas iniciais correspondendo a uma amortização de 5,50% (cinco inteiros e cinquenta centésimos por cento) do Valor Total da Emissão; e

Amortização %	Data da Amortização	Parcela do Valor Nominal a ser A-mortizado (%)
5,50	20/06/2015	5.503,235100
5,50	20/06/2016	5.503,235100
5,50	20/06/2017	5.503,235100
5,50	20/06/2018	5.503,235100
15,60	20/06/2019	15.609,175920
15,60	20/06/2020	15.609,175920
15,60	20/06/2021	15.609,175920
15,60	20/06/2022	15.609,175920
15,60	20/06/2023	15.609,175920

4.8.1. Haverá um período de carência de 42 (quarenta e dois) meses contados da Data de Emissão. Depois do referido período de carência ocorrerão 9 (nove) pagamentos anuais a partir do 43º (quadragésimo terceiro) mês da seguinte forma:

4.8. Amortização

de Vencimento), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado previstas na Cláusula 4.11 abaixo.



da presente Emissão, desde a Data de Emissão, ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a respectiva data de vencimento ("Remuneração").

4.9.3. O cálculo da Remuneração obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{Fator Juros} - 1)$$

onde:

J:

valor unitário da Remuneração devida no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe:

Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, no início de cada Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros:

Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator Juros} = (\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$$

FatorDI:

produto das Taxas DI-Over, com uso de percentual aplicado da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo da Remuneração exclusiva, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + \text{TBI}_k)$$

onde:

k:

número de ordem das Taxas DI-Over, variando de 1 até n;

n:

número total de Taxas DI-Over consideradas em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;



4.9.4.3 Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

4.9.4.2. Efetua-se o produto dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

4.9.4.1. O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento.

DP: É o número de dias úteis entre a Data de Emissão ou Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e a data de cálculo, sendo "DP" um número inteiro;

spread: 1,6000;

onde:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{100}{\text{spread}} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

FatorSpread: Sobre taxa de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

DI_k: Taxa DI-Over, de ordem k, expressa na forma percentual ao ano, calculada e divulgada pela CETIP válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

onde:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

TDI_k: Taxa DI-Over, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

4.9.4.4. O fator resultante da expressão (FatorDI x FatorSpread) é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

4.9.4.5. A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

4.9.5. O período de capitalização da Remuneração ("Período de Capitalização") é, para o primeiro Período de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão e termina na primeira Data de Pagamento da Remuneração (conforme definido abaixo), e, para os demais Períodos de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia em uma Data de Pagamento da Remuneração (conforme definido abaixo) e termina na Data de Pagamento da Remuneração (conforme definido abaixo) subsequente. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

4.9.6. Caso a Taxa DI não esteja disponível quando da apuração da Remuneração, será aplicada a última Taxa DI aplicável que estiver disponível naquela data, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora, quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação da Taxa DI disponível.

4.9.6.1. Na ausência da apuração e/ou divulgação e/ou limitação da utilização e/ou extinção da Taxa DI por prazo superior a 5 (cinco) dias úteis, após a data esperada para apuração e/ou divulgação e/ou extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial da Taxa DI, será convocada pelo Agente Fiduciário Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da Cláusula Sétima abaixo, a ser realizada dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação do edital de convocação ou, caso não se verifique quorum para realização da Assembleia Geral de Debenturistas, no prazo de 8 (oito) dias, contados da nova publicação do edital de convocação, a qual terá como objeto a deliberação pelos Debenturistas, de comum acordo com a Emissora, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis da Remuneração. Caso não haja acordo sobre a nova taxa de juros referencial da Remuneração entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido no item 7.6 desta Escritura de Emissão), a Emissora deverá adquirir a totalidade das Debêntures em Circulação (conforme definido no item 7.6 desta Escritura de Emissão) a partir da data de (trinta) dias corridos contados da data de encerramento da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas ou em prazo superior que venha a ser definido de comum acordo em referida assembleia, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data da efetiva aquisição, calculada *pro rata temporis*, a partir da data de





4.11. Aditamento à Presente Escritura de Emissão

4.10.1. As Debêntures não serão objeto de repactuação.

4.10. Repactuação

4.9.9. A Garantidora desde já concorda com o disposto na Cláusula 4.9.6. acima, declarando que o ali disposto não importará em novação, conforme definida e regulada nos termos do artigo 360 e seguintes da Lei nº. 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("**Código Civil**"), mantendo-se o Instrumento de Fiança válido e em pleno vigor. A Garantidora desde já concorda e se obriga a firmar todos e quaisquer instrumentos necessários à efetivação do disposto nesta Cláusula.

4.9.8.1. Farão jus à Remuneração aqueles que sejam titulares de Debêntures ao final do dia útil anterior a cada Data de Pagamento da Remuneração.

4.9.8. Haverá um período de carência de 42 (quarenta e dois) meses contados da Data de Emissão para pagamento da Remuneração. Após referido período de carência, serão pagos os juros mensalmente a partir do 43º (quadragésimo terceiro) mês contados a partir da Data de Emissão, inclusive os juros acumulados desde a data de emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 20 de junho de 2015, e os restantes no dia 20 dos meses subsequentes ("**Data de Pagamento da Remuneração**").

4.9.7. Caso a Taxa DI volte a ser apurada, divulgada e/ou sua utilização volte a ser permitida antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 4.9.6.1. acima, referida Assembleia Geral de Debenturistas não será realizada e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão.

4.9.6.2. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração, quando do cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, será aplicada a última Taxa DI aplicável que estiver disponível naquela data, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora, quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação da Taxa DI disponível.

Integralização das Debêntures ou da última Data de Pagamento da Remuneração (conforme definido abaixo), o que ocorrer por último. As Debêntures adquiridas nos termos deste item serão canceladas pela Emissora. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração das Debêntures a serem adquiridas, para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente.

4.11.1. Quaisquer aditamentos a esta Escritura de Emissão deverão ser firmados pela Emissora, pelo Agente Fiduciário e pela Garantidora após aprovação em Assembleia Geral de Debenturistas, conforme Cláusula Setima abaixo, e posteriormente arquivados na JUCESP, nos termos do item 2.1.2 acima.

4.12. Resgate Antecipado Total

4.12.1. A partir do 42º (quadragésimo segundo) mês contado da Data de Emissão, a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar o resgate antecipado total das Debêntures, com o consequente cancelamento das Debêntures resgatadas antecipadamente ("Resgate Antecipado"). O Resgate Antecipado será operacionalizado da seguinte forma:

- (i) por meio de comunicação enviada pela Emissora ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas com antecedência de 10 (dez) dias úteis da data prevista para o Resgate Antecipado ("Comunicação de Resgate Antecipado"), a qual deverá descrever os termos e condições do Resgate Antecipado, incluindo: (a) a data para o resgate integral das Debêntures e o efetivo pagamento aos Debenturistas; (b) menção ao preço de resgate, conforme abaixo definido; e (c) as demais informações consideradas relevantes pela Emissora para conhecimento dos Debenturistas; e

- (iii) o Resgate Antecipado será feito pelo Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido da Remuneração devida, nos termos do item 4.9. acima, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do efetivo resgate, acrescido de um prêmio fixo sobre o valor resgatado de acordo com os seguintes percentuais ("Prêmio de Resgate"):

Mes Decorrido	Percentual do Prêmio
42	1,05%
48	1,0%
54	0,95%
60	0,90%
66	0,85%
72	0,80%
78	0,75%
84	0,70%
90	0,65%





(a) se a Emissora e/ou a Garantidora e/ou quaisquer sociedades direta ou indiretamente ligadas, controladoras ou controladas pela Emissora e/ou a Garantidora, inclusive no exterior, inadimplirem suas obrigações e/ou não liquidarem, no respectivo vencimento, débito de sua responsabilidade decorrente de outros contratos, empréstimos ou descontos celebrados com os Debenturistas e/ou quaisquer sociedades, direta ou indiretamente, ligadas, controladoras ou controladas, pelos Debenturistas, inclusive no exterior, e/ou se ocorrer rescisão dos respectivos documentos, por culpa da Emissora e/ou Garantidora e/ou quaisquer sociedades direta ou indiretamente ligadas, controladas, coligadas,

4.13.1. Observado o disposto nos itens 4.13.2 a 4.13.5 abaixo, as Debêntures e todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão deverão ser consideradas antecipadamente vencidas, tornando-se imediatamente exigível da Emissora e/ou da Garantidora o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação (conforme definido no item 7.6 desta Escritura de Emissão), acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão, ou da data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, observado o previsto no item 4.13.5 abaixo:

4.13. Vencimento Antecipado

4.12.3. Os valores relativos ao Prêmio de Resgate serão devidos aos respectivos Debenturistas e serão pagos simultaneamente ao pagamento do Resgate Antecipado.

4.12.2. Para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND, a operacionalização do resgate seguirá os procedimentos adotados pela CETIP, a qual deverá ser notificada pela Emissora e pelo Agente Fiduciário, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis de sua realização.

96	0,60%
102	0,55%
108	0,50%
114	0,40%
120	0,30%
126	0,20%
132	0,10%
138	0,05%
144	0,00%



- controladoras ou controladas pela Emissora e/ou Garantidora, inclusive no exterior, exceto se tal rescisão for por comum acordo entre as partes;
- (b) se a Emissora e/ou a Garantidora e/ou quaisquer sociedades direta ou indiretamente ligadas, coligadas, controladoras ou controladas pela Emissora e/ou a Garantidora, inclusive no exterior, inadimplirem suas obrigações e/ou não liquidarem, no respectivo vencimento, débito de sua responsabilidade em valor individual ou agregado, superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) decorrente de outros contratos, empréstimos ou descontos celebrados com terceiros, inclusive no exterior, e/ou se ocorrer rescisão dos respectivos documentos, por culpa da Emissora e/ou da Garantidora e/ou quaisquer sociedades direta ou indiretamente ligadas, coligadas, controladoras ou controladas pela Emissora e/ou a Garantidora, inclusive no exterior;
- (c) alteração do atual controle da Emissora ou da Garantidora, sem prévia aprovação dos titulares das Debêntures;
- (d) liquidação e/ou dissolução da Emissora e/ou da Garantidora e/ou a cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária da Emissora e/ou da Garantidora, sem que haja a prévia anuência dos Debenturistas;
- (e) realização de redução de capital social da Emissora e/ou Garantidora, após a data de registro da Emissão junto à CVM, sem que haja anuência prévia dos titulares das Debêntures, conforme disposto no artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações;
- (f) proposta pela Emissora e/ou Garantidora, ou por qualquer de suas subsidiárias, a qualquer credor ou classe de credores de plano de recuperação judicial ou extrajudicial, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; requerimento pela Emissora e/ou Garantidora ou por qualquer de suas subsidiárias, de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente ou, ainda, pedido de autofalência pela Emissora e/ou Garantidora;
- (g) protesto legítimo de títulos contra a Emissora e/ou contra a Garantidora, no mercado local ou internacional, em valor individual ou agregado, superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), salvo se, no prazo de 30



- (h) falta de cumprimento pela Emissora e/ou Garantidora de qualquer obrigação não pecuniária prevista na presente Escritura de Emissão, pela sanada em 30 (trinta) dias corridos contados da data do recebimento, pela Emissora e/ou Garantidora, de aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário;
- (i) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e/ou da Garantidora e não devidamente elidido pela Emissora e/ou pela Garantidora, conforme o caso, no prazo de 30 (trinta) dias corridos;
- (j) não pagamento pela Emissora e/ou pela Garantidora das obrigações pecuniárias devidas aos titulares das Debêntures nas datas previstas nesta Escritura de Emissão;
- (k) pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio pela Emissora e/ou pela Garantidora caso a Emissora e/ou a Garantidora estejam inadimplentes com as suas obrigações pecuniárias descritas nesta Escritura de Emissão;
- (l) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado contra a Emissora e/ou Garantidora, em valor agregado igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas no prazo de até 30 (trinta) dias corridos da data estipulada para pagamento;
- (m) não observância pela Emissora e/ou pela Garantidora por 2 (dois) semestres consecutivos dos seguintes índices e limites financeiros, os quais serão calculados e verificados pelo Agente Fiduciário, com base nas informações financeiras consolidadas dos 12 (doze) últimos meses, ao final de cada semestre, em até 15 (quinze) dias após a divulgação à CVM das respectivas demonstrações financeiras da Emissora, até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das Debêntures ("Índices Financeiros"):



4.13.5. Para os fins desta Escritura de Emissão, "Data de Vencimento Antecipado" será qualquer uma das seguintes datas: (i) ocorrendo qualquer dos eventos previstos nas alíneas (b), (c), (f), (i), (j), (l), e/ou (n) do item 4.13.1 acima, a data de vencimento antecipado das Debêntures será a data em que o Agente Fiduciário tomar conhecimento do fato e imediatamente declarar o vencimento antecipado das Debêntures, por meio de notificação enviada à Emissora e à Garantidora, nos termos da Cláusula Nona abaixo; e (ii) ocorrendo os eventos previstos nas demais alíneas do item 4.13.1 acima, a data de vencimento antecipado das Debêntures será a data em que se realizar a Assembleia Geral de Debenturistas, se tal Assembleia Geral aprovar o vencimento antecipado das Debêntures.

4.13.4. Os eventos a que se referem os subitens (g), (h), (i) e (l) acima somente serão considerados eventos de vencimento antecipado para os fins desta Escritura de Emissão, ensejando a adoção dos procedimentos descritos nos itens abaixo, após o final do prazo de 30 (trinta) dias e, especificamente para o item (j), o prazo de 2 (dois) dias.

4.13.3. Os valores mencionados nas alíneas (b), (g) e (l) do item 4.13.1 acima serão corrigidos, a partir da Data de Emissão, pela variação acumulada do Índice Geral de Preços ao Mercado – IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas.

4.13.2. As referências a "controle" encontradas nesta Cláusula deverão ser entendidas como tendo o sentido conferido pelo artigo 1º da Lei das Sociedades por Ações.

- (o) perda ou cassação, por qualquer motivo, das concessões, permissões ou autorizações da Emissora e/ou da Garantidora e/ou de uma ou mais de suas subsidiárias.
- (n) transformação da Emissora e/ou da Garantidora em sociedade limitada; ou

(iii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida Consolidada ("ICSD") com caixa acumulado maior ou igual 1,15x. Entende-se que o ICSD corresponde ao EBITDA menos impostos, menos variação do capital de giro, mais caixa, dividido pela despesa financeira bruta, mais amortização de principal do período.

(i) Índice de alavancagem consolidado menor ou igual a 80% (oitenta por cento). O índice é calculado como a razão entre o total de dívida dividido pela soma de dívida e patrimônio líquido;



- 4.13.6. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (b), (c), (f), (i), (j), (l) e/ou (n) acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures. Na ocorrência dos eventos previstos nas demais alíneas, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 05 (cinco) dias úteis contados da data em que o Agente Fiduciário tomar conhecimento do evento, Assembleia Geral de Debenturistas, para deliberar sobre o eventual vencimento antecipado das Debêntures. A Assembleia de Debenturistas a que se refere este item deverá ser realizada no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da data de publicação do edital relativo à primeira convocação, ou no prazo de 8 (oito) dias corridos, a contar da data de publicação do edital relativo à segunda convocação, se aplicável, sendo que, na hipótese de segunda convocação o edital deverá ser publicado no primeiro dia útil imediatamente posterior à data indicada para a realização da Assembleia Geral de Debenturistas nos termos da primeira convocação.
- 4.13.7. A Assembleia Geral de Debenturistas mencionada no item 4.13.6 acima será instalada de acordo com os procedimentos e quorum previsto na Clausula Sétima desta Escritura de Emissão.
- 4.13.8. A não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas por falta de quorum será interpretada pelo Agente Fiduciário como uma opção dos Debenturistas em não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures.
- 4.13.9. Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures pelo Agente Fiduciário, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação (conforme definido no item 7.6 desta Escritura de Emissão), acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração até a Data de Vencimento Antecipado, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, em até 5 (cinco) dias úteis contados da Data de Vencimento Antecipado, mediante comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora por meio de carta protocolizada ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio ou por telegrama no endereço constante da Clausula Nona desta Escritura de Emissão, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item 4.14, abaixo.
- 4.13.10. Caso ocorra o pagamento decorrente do vencimento antecipado, caberá à Emissora comunicar a CETIP através de correspondência em conjunto com o Agente Fiduciário com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência em relação à data em que deva realizar o pagamento, observado o prazo disposto no item 4.13.9 acima.



4.16.3. Nos termos do Instrumento de Fiança, a Garantidora declara-se, em caráter irrevogável e irretratável, fiadora e principal pagadora e solidariamente responsável pelo pagamento do valor total da dívida da Emissora representada pelas Debêntures, na Data de Emissão, acrescido da Remuneração e dos encargos moratórios aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão,

4.16.2. O Instrumento de Fiança será registrado, em até 2 (dois) dias úteis anteriores à data da efetiva subscrição e integralização das Debêntures, no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

4.16.1. Como garantia do fiel e pontual pagamento de todas as obrigações principais e acessórias das Debêntures, a Garantidora prestou fiança em favor dos Devedores ("Fiança"), estes representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se solidariamente como fiadora e principal pagadora de todos os valores devidos nos termos desta Escritura de Emissão, por meio de um Instrumento Particular de Fiança celebrado em 20 de dezembro de 2011 ("Instrumento de Fiança").

4.16. Garantia Fidejussória

4.15.1. Sem prejuízo do disposto no item 4.14. acima, o não comparecimento do Devedor para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissão, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração das Debêntures e/ou encargos moratórios a partir da data em que o valor correspondente seja disponibilizado pela Emissora ao Devedor, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a referida data.

4.15. Atraso no Recebimento dos Pagamentos

4.14.1. Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora e/ou pela Garantidora de qualquer quantia devida aos Devedores, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora e/ou pela Garantidora, incluindo, sem limitação, o pagamento da Remuneração devida nos termos desta Escritura de Emissão, ficarão sujeitos, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, a: (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento); e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento.

4.14. Multa e Juros Moratórios



inclusive, mas não se limitando, àquelas devidas ao Agente Fiduciário, abrangendo também o pagamento de todas e quaisquer despesas, custos, taxas, impostos e/ou outros tributos de qualquer natureza devidos nesta Escritura de Emissão, e/ou por conta da Fiança ("Valor Garantido").

4.16.4. A Garantidora se obriga a pagar o Valor Garantido nos termos do item 4.16.3. acima, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário ou pelos Debituristas à Garantidora informando a falta de pagamento, na data de pagamento respectiva, de qualquer valor devido pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando, aos montantes devidos aos Debituristas a título de principal, Remuneração ou encargos de qualquer natureza, bem como quaisquer obrigações inadimplentes da Emissora no âmbito da Emissão. Os pagamentos realizados pela Garantidora fora do âmbito da CETIP, de acordo com as instruções apresentadas pelo Agente Fiduciário, observadas as disposições previstas nesta Escritura de Emissão e no Instrumento de Fiança.

4.16.5. No Instrumento de Fiança, a Garantidora expressamente renunciou aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 366, 821, 824, 827, 834, 835, 837, 838 e 839, todos do Código Civil e artigos 77 e 595, da Lei nº. 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil").

4.16.5.1. A Garantidora poderá efetuar o pagamento do Valor Garantido em razão da Fiança, independentemente do recebimento de comunicação do Agente Fiduciário, desde que dentro dos respectivos prazos de pagamento (inclusive períodos de cura, quando aplicáveis) e observadas as demais condições para tal pagamento previstas na presente Escritura de Emissão.

4.16.6. A Garantidora sub-rogar-se-á nos direitos dos Debituristas caso venha a honrar, total ou parcialmente, a Fiança, até o limite da parcela efetivamente honrada.

4.15.6.1. Sem prejuízo no disposto no item 4.16.4 acima, na hipótese de adimplemento parcial pela Garantidora do valor total da dívida da Emissora representada pelo Valor Garantido, esta se comprometeu a iniciar o procedimento de cobrança de seu crédito somente após a quitação total dos valores devidos aos Debituristas, nos termos desta

Escritura de Emissão.



4.16.7. A Fiança poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até a integral liquidação do Valor Garantido.

4.16.8. A Fiança aqui referida será prestada pela Garantidora em caráter irrevogável e irretratável, e vigorará até o integral cumprimento de todas as obrigações principais e acessórias da Emissora previstas nesta Escritura de Emissão, nos termos aqui previstos e em conformidade com o artigo 818 do Código Civil, inclusive nos casos de repactuação e prorrogação decorrentes das Debêntures e desta Escritura de Emissão, e até o integral cumprimento de todas as obrigações principais e acessórias referidas no Instrumento de Fiança.

4.16.9. A Garantidora desde já reconhece como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil, a data do pagamento integral do Valor Garantido.

4.16.10. Conforme estabelecido no Instrumento de Fiança, a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução de quaisquer garantias constituídas em favor dos Debenturistas não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade prevista nesta Escritura de Emissão e/ou no Instrumento de Fiança.

4.16.11. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá ser admitida ou invocada pela Garantidora com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

4.16.12. A Fiança é adicional e independente de qualquer outra fiança ou qualquer outra garantia que eventualmente tenha sido entregue ou constituída aos Debenturistas para garantir o Valor Garantido, sendo facultado aos Debenturistas exigir o pagamento de qualquer das obrigações decorrentes do Valor Garantido que vierem a ser inadimplidas pela Emissora tanto desta quanto da Garantidora ou de qualquer outro fiador ou garantidor, ou de todos os fiadores ou garantidores.

4.16.13. A Garantidora reconhece que qualquer cessão ou transferência de direitos dos Debenturistas decorrentes da Fiança não afetará as obrigações assumidas pela Garantidora nos termos desta Escritura de Emissão e do Instrumento de Fiança, cujos termos deverão ser cumpridos, independentemente de qualquer anuência ou notificação de transferência de direitos do cedente.



4.20.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, observar os prazos estabelecidos na Instrução CVM 476, adquirir Debêntures em Circulação (conforme definido no item 7.6 desta Escritura de Emissão), observar o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou serem novamente colocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela Lei das Sociedades por Ações e pela Instrução CVM 476. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures em Circulação (conforme definido no item 7.6 desta Escritura de Emissão).

4.20. Aquisição Facultativa

4.19.1. Os atos societários da Emissora serão publicados nos jornais usualmente utilizados pela Emissora, quais sejam: o (i) Diário Oficial do Estado de São Paulo; e o (ii) jornal "O Dia SP". Não obstante, todas as publicações, exceto atos societários, que tiverem relação com a Emissão ou envolvam interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos ou anúncios, no (i) Diário Oficial do Estado de São Paulo e (ii) jornal "Brasil Econômico" – Caderno São Paulo, bem como na página da Emissora na rede internacional de computadores – *internet* (www.cplirenovaveis.com.br).

4.19. Publicidade

4.18.1. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista e decorrente desta Escritura de Emissão, se o vencimento coincidir com um dia que não seja dia útil, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos. Considera-se "dia útil" para todos os fins desta Escritura de Emissão qualquer dia exceto sábado, domingo e feriado nacional.

4.18. Prorrogação dos Prazos

4.17.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP. As Debêntures que não estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP terão os seus pagamentos realizados pelo Agente Estruturador das Debêntures ou na sede da Emissora, se for o caso.

4.17. Forma e Local de Pagamento



(i) no prazo de até 1 (um) dia útil após o que ocorrer primeiro entre o 90º (nonagésimo) dia contado do término de cada exercício social e a data da efetiva divulgação, (a) cópia das demonstrações financeiras consolidadas da Emissora e da Garantidora relativas ao exercício social então encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, e (b) balanços consolidados da Emissora e da Garantidora relativos aos últimos 12 (doze) meses, acompanhado

(a) Fornecer ao Agente Fiduciário, caso não se encontre disponível na página da CVM na rede mundial de computadores:

5.1. A Emissora está adicionalmente obrigada a:

Cláusula Quinta – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DA GARANTIDORA

4.22.1. Caso a Condição Suspensiva não seja implementada até 17 de janeiro de 2012, a presente Escritura de Emissão será considerada automaticamente resolvida, de pleno direito, ficando a Emissora obrigada a cancelar, às suas expensas, em até 30 (trinta) dias contados da data acima prevista, qualquer registro eventualmente existente da Emissão e/ou das Debêntures, incluindo, sem limitação, perante qualquer órgão e repartição pública, cartório, registro público, câmara de liquidação, sem prejuízo de sua obrigação de cumprir com todas as suas obrigações de pagamento de despesas, custos e demais encargos, se devidos, conforme previstos nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Distribuição.

4.22. Condição Resolutiva

“Condição Suspensiva”

4.21.1. Observado o previsto no item 4.22.1 abaixo, a Emissão terá sua eficácia e todos os seus efeitos suspensos, nos termos do art. 125 do Código Civil, até que o Coordenador Líder receba da Emissora, documentos comprovando, de forma satisfatória ao Coordenador Líder, que a Emissora obteve a anuência prévia do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para que a Emissora possa concluir a aquisição das ações do capital social da Santa Luzia Energética S.A., atualmente detidas por PST Energias Renováveis e Participações S.A., subsidiária da Clep Energias Renováveis e Participações S.A., à qual se destinam os recursos da presente Emissão, nos termos do item 3.5 da presente Escritura de Emissão

4.21. Condição Suspensiva



- de relatório com memória de cálculo compreendendo as contas abertas de todas as rubricas necessárias para a obtenção final dos Índices Financeiros, atestando a sua veracidade, sob pena de impossibilidade de verificação dos Índices Financeiros pelo Agente Fiduciário, ressalvado que o Agente Fiduciário poderá solicitar à Emissora esclarecimentos adicionais que se façam necessários;
- (ii) no prazo de até 1 (um) dia útil após, o que ocorrer primeiro, entre 45 (quarenta e cinco) dias (ou, a partir, inclusive, de 01 de janeiro de 2012, 30 (trinta) dias contados da data de término de cada trimestre de seu exercício social e a data da efetiva divulgação, cópia das demonstrações financeiras consolidadas da Emissora e da Garantidora relativas ao respectivo trimestre, preparadas de acordo com os princípios contábeis determinados pela legislação e regulamentação em vigor, sob pena de impossibilidade de verificação dos Índices Financeiros pelo Agente Fiduciário, ressalvado que o Agente Fiduciário poderá solicitar à Emissora esclarecimentos adicionais que se façam necessários;
- (iii) no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, qualquer informação relevante que lhe venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário com relação à si ou a Garantidora ou, ainda, de interesse dos Debituristas;
- (iv) confirmar, quando solicitado, ao Agente Fiduciário, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da respectiva solicitação, de que esta adimplente com suas obrigações, nos termos estabelecidos nesta Escritura de Emissão, valendo a mesma obrigação com relação à Garantidora; e
- (v) avisos aos Debituristas, fatos relevantes, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração da Emissora e da Garantidora, conforme aplicável, que, de alguma forma, envolvam interesse dos Debituristas, nos mesmos prazos previstos na Instrução CVM nº. 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, ("Instrução CVM 480") ou normativo que venha a substituí-la, ou, se ali não previstos, no terceiro dia útil após sua publicação ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;



- (b) manter em adequado funcionamento um órgão para atender, de forma eficiente, os Debenturistas ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (c) atender de forma eficiente às solicitações dos Debenturistas;
- (d) convocar, nos termos da Clausula Sétima abaixo, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer matéria que, direta ou indiretamente, se relacione com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (e) informar o Agente Fiduciário imediatamente sobre a ocorrência de qualquer evento previsto no item 4.13 desta Escritura de Emissão;
- (f) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- (g) não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (h) notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora, bem como quaisquer eventos ou situações que: (i) possam afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar de forma justificada o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures; ou (ii) faça com que as demonstrações ou informações financeiras fornecidas pela Emissora à CVM não mais reflitam a real condição financeira da Emissora;
- (i) comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário a ocorrência de quaisquer eventos ou situações que sejam de seu conhecimento e que possam afetar negativamente sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento das obrigações, principais e acessórias, no todo ou em parte, assumidas nos termos desta Escritura de Emissão;
- (j) não praticar qualquer ato em desacordo com o estatuto social e com esta Escritura de Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente,



- comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações principais e acessórias assumidas perante os Debenturistas;
- (k) cumprir todas as obrigações principais e acessórias assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, inclusive no que tange à destinação dos recursos captados por meio da Emissão;
- (l) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, a Instituição Mandataria, o Agente Escriturador, o Agente Fiduciário e o sistema de negociação no mercado secundário por meio do SND;
- (m) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (n) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão;
- (o) manter sempre válidas e em vigor as licenças e autorizações relevantes para a boa condução de seus negócios;
- (p) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, e com as regras emitidas pela CVM;
- (q) observar as disposições da Instrução CVM nº. 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358") no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação, bem como divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Coordenador Líder;
- (r) submeter as demonstrações financeiras da Emissora e da Garantidora a auditoria, por auditor independente registrado na CVM;



- (s) divulgar as demonstrações financeiras da Emissora e da Garantidora, acompanhadas de notas explicativas, a parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
- (t) fornecer todas as informações que vierem a ser solicitadas pela CVM ou pela CETIP;
- (u) manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação (conforme definido no item 7.6 desta Escritura de Emissão), as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável;
- (v) manter os documentos mencionados na alínea (s) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
- (w) prestar informações aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos contados da respectiva solicitação, sobre qualquer atuação realizada por autoridades governamentais, de caráter fiscal, ambiental ou de defesa de concorrência, entre outras, em relação à Emissora e/ou à Garantidora;
- (x) cumprir rigorosamente com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão. Obriga-se, ainda, a Emissora, a proceder a todas as diligências exigidas para a atividade da espécie, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;
- (y) notificar, imediatamente, o Agente Fiduciário da convocação, pela Emissora, de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas;



(iii) nos mesmos prazos previstos para o envio dessas informações à CVM, cópia das informações periódicas e eventuais previstas na Instrução CVM 480.

(ii) no prazo de até 2 (dois) dias úteis após o que ocorrer primeiro entre 45 (quarenta e cinco) dias (ou, a partir, inclusive, de 01 de janeiro de 2012, 30 (trinta) dias) contados da data de término de cada trimestre de seu exercício social e a data da efetiva divulgação, cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas com revisão limitada por auditor independente, relativas ao respectivo trimestre, preparadas de acordo com os princípios contábeis determinados pela legislação e regulamentação em vigor; e

(i) no prazo de até 2 (dois) dias úteis após o que ocorrer primeiro entre o 90º (nonagésimo) dia contado do término de cada exercício social e a data da efetiva divulgação, cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas auditadas por auditor independente, relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis determinados pela legislação e regulamentação em vigor ("Demonstrações Financeiras Consolidadas Auditadas da Garantidora");

(a) fornecer ao Agente Fiduciário ou disponibilizar em sua respectiva página na Internet ou na página da CVM na Internet;

5.2. A Garantidora está adicionalmente obrigada a:

- (bb) notificar imediatamente os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, inconsistentes, imprecisas, incompletas, incorretas ou insuficientes.
- (aa) comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas, sempre que solicitada; e
- (z) convocar, imediatamente, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que sejam de interesse dos Debenturistas, caso o Agente Fiduciário não o faça no prazo aplicável;



- (b) no prazo de até 2 (dois) dias úteis contado da data de ciência, informações a respeito da ocorrência de qualquer hipótese de Vencimento Antecipado;
- (c) no prazo de até 2 (dois) dias úteis contado da data de recebimento, envio de cópia de qualquer correspondência ou notificação, judicial ou extrajudicial, recebida pela Garantidora relacionada a um Vencimento Antecipado;
- (d) no prazo de até 2 (dois) dias úteis contado da data de ciência, informações a respeito da ocorrência de qualquer evento que possa, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento, pela Companhia e/ou pela Garantidora, de qualquer de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;
- (e) no prazo de até 2 (dois) dias úteis contado da data de ciência, informações a respeito da ocorrência de qualquer evento que faça com que as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Garantidora não mais reflitam sua real condição econômica e financeira;
- (f) no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, informações e/ou documentos que venham a ser justificadamente solicitados pelo Agente Fiduciário;
- (g) manter atualizado seu registro de companhia aberta perante a CVM;
- (h) cumprir, e fazer com que a Emissora cumpra, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais ao exercício de suas atividades;
- (i) manter, e fazer com que a Emissora mantenha, sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações e licenças, inclusive as ambientais, necessárias ao regular exercício de suas atividades, exceto por aquelas cuja falta não possa, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento, pela Emissora e/ou pela Garantidora, de qualquer de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;
- (j) manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias à assinatura desta Escritura de Emissão, do

Instrumento de Fiança e do Contrato de Distribuição e ao cumprimento de todas as obrigações aqui e lá previstas;

(k) efetuar o recolhimento de todos os tributos que incidam ou venham a incidir sobre as Debêntures ou o Instrumento de Fiança que sejam de responsabilidade da Garantidora;

(l) comparecer, por meio de seus representantes, às Assembleias Gerais de Debenturistas, sempre que solicitada; e

(m) sem prejuízo das demais obrigações previstas acima ou de outras obrigações expressamente previstas na regulamentação em vigor e nesta Escritura de Emissão, cumprir com todas as obrigações de companhia aberta previstas na Instrução CVM 480.

5.3. As despesas a que se refere o item 5.1 (n) acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

(a) publicação de relatórios, editais, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;

(b) extração de certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, caso tenham sido previamente solicitadas à Emissora e não entregues dentro de 15 (quinze) dias corridos;

(c) despesas de viagem, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário, sendo que os valores relativos a essas despesas estarão limitados àqueles atribuídos pela Emissora aos seus próprios colaboradores, para suas viagens e hospedagem;

(d) despesas com especialistas, tais como assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de vencimento antecipado das Debêntures; e

(e) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser justificadamente necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.





- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (c) esta devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (b) aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas suas cláusulas e condições;
- (a) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara que:

6.1. A Emissora nomeia e constitui como Agente Fiduciário da Emissão, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante a Emissora, os interesses da comunidade dos Debituristas.

Cláusula Sexta – DO AGENTE FIDUCIÁRIO

5.3.1. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debituristas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debituristas e posteriormente ressarcidas pela Emissora e/ou pela Garantidora, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debituristas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais em ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante dos Debituristas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debituristas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora e/ou pela Garantidora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 45 (quarenta e cinco) dias corridos.



6.4. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação

Escritura de Emissão sejam integralmente cumpridas.
Data de Vencimento, até que todas as obrigações da Emissora nos termos desta obrigações inadimplidas da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão após a Vencimento das Debêntures ou até sua efetiva substituição ou, caso ainda restem Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de 6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta

- 585 do Código de Processo Civil Brasileiro.
- (i) que esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida, eficaz e vinculativa do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo
 - (k) verificar, de acordo com os prazos previstos na cláusula 2.1.4, na forma prevista no inciso IX do artigo 12 da Instrução CVM 28, a regularidade da constituição da garantia descrita no item 4.15, bem como sua suficiência e exequibilidade, com base nas Demonstrações Financeiras de 2010 da Garantidora; e
 - (j) as pessoas que o representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;
 - (i) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, na Data de Emissão;
 - (h) esta cliente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil nº. 1.832, de 31 de outubro de 1990;
 - (g) não tem qualquer ligação com a Emissora ou com a Garantidora que o impeça de exercer suas funções;
 - (f) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM nº. 28, de 23 de novembro de 1983 ("Instrução CVM 28");
 - (e) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;



aplicáveis e desta Escritura de Emissão, o montante de R\$ 8.223,75 (oito mil duzentos e vinte e três reais e setenta e cinco centavos) por ano ("Remuneração do Agente Fiduciário").

6.4.1. O montante líquido, após as retenções tributárias aplicáveis, da Remuneração do Agente Fiduciário será pago anualmente, sendo o primeiro pagamento devido no 5º (quinto) dia útil após a data de assinatura da presente Escritura de Emissão, e as seguintes no mesmo dia dos anos subsequentes.

6.4.2. Em caso de inadimplemento financeiro pela Emissora, será devida ao Agente Fiduciário uma remuneração adicional equivalente a R\$500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado às suas atividades, pagas 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora, para assessoria aos Debenturistas em processo de renegociação de suas condições, requerido pela Emissora, bem como para (i) comparecimento a reuniões formais com Emissora e/ou os Debenturistas e a Assembleia Geral de Debenturistas; e (ii) implementação das consequentes decisões tomadas pelos Debenturistas.

6.4.3. As parcelas citadas no item 6.4.1. supra serão reajustadas pela variação acumulada do IGP-M, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário.

6.4.4. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

6.4.5. A remuneração será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

6.4.6. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenham sido saldados na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e terá preferência sobre as Debêntures na ordem de pagamento.

6.4.7. Nenhuma atribuição ou obrigação ou obrigação tácita será interpretada nesta Escritura contra o Agente Fiduciário. O Agente Fiduciário não será obrigado e/ou vinculado pelas

disposições de qualquer outro contrato no qual o Agente Fiduciário não figure como parte e/ou interveniente.

6.4.8. O pagamento da Remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante depósito na conta corrente a ser indicada por este no momento oportuno, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação do pagamento.

6.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptação;
- (c) conservar em boa guarda toda a documentação, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento, sendo que o Agente Fiduciário não conduziu nenhum procedimento de verificação independente da veracidade das informações ora apresentadas, com o que os Debenturistas ao subscreverem ou adquirirem as Debêntures declararam-se cientes e de acordo;
- (e) promover, nos órgãos competentes, caso a Emissora não o faça, o registro: (i) desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na JUCESP; e (iii) do Instrumento de Fiança nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões que estejam dentro do prazo de vigência dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho,





- Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora e/ou da Garantidora, bem como das demais comarcas em que a Emissora e/ou a Garantidora exerçam suas atividades, as quais deverão ser apresentadas em até 30 (trinta) dias corridos da data de solicitação;
- (h) solicitar, quando considerar necessário, às expensas da Emissora ou da Garantidora ou, conforme o caso, e desde que justificada, auditoria extraordinária na Emissora ou na Garantidora;
- (i) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações;
- (j) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (k) elaborar relatórios anuais destinados aos debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações:
- a. eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora e/ou nas informações divulgadas pela Garantidora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigação prestação de informações pela Emissora e/ou pela Garantidora;
- b. alterações estatutárias ocorridas no período;
- c. comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora e/ou da Garantidora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
- d. posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- e. resgate, amortização, conversão, repactuação e pagamento de juros das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;



- f. acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- g. relação dos bens e valores entregues à administração do Agente Fiduciário;
- h. cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora e/ou pela Garantidora nesta Escritura de Emissão;
- i. existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões:
- (i) denominação da companhia ofertante;
 - (ii) valor da emissão;
 - (iii) quantidade de debêntures emitidas;
 - (iv) espécie;
 - (v) prazo de vencimento das debêntures;
 - (vi) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e
 - (vii) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplimento no período;
- sendo que, para tanto, a Emissora disponibilizará ao Agente Fiduciário, sempre que solicitado, cópia do organograma atualizado do seu grupo societário, contendo, inclusive, controladores, controladas, controle comum, coligadas, e integrantes de bloco de controle, no encerramento de cada exercício
- j. declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;



- (i) divulgar as informações referidas na alínea "I" do item "K" acima em sua página na rede mundial de computadores tão logo delas tenha conhecimento;
- (m) disponibilizar o relatório a que se refere o item "K" acima aos Devedores até o dia 30 de abril de cada ano. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
- a. na sede da Emissora;
 - b. na sede do Agente Fiduciário;
 - c. na CVM;
 - d. na CETIP; e
 - e. na sede do Coordenador Líder.
- (n) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Devedores que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no item anterior;
- (o) manter atualizada a relação dos Devedores e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Agente Escritor e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora expressamente autoriza, desde já, a Instituição Mandatária e Agente Escritor a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição da titularidade das Debêntures;
- (p) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- (q) notificar os Devedores, individualmente ou, caso não seja possível, por meio de aviso publicado nos jornais mencionados no item 4.18 acima, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis da data em que tomou ciência do evento a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora ou pela Garantidora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão;



6.8. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, somente serão válidos quando previamente deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

6.7. O Agente Fiduciário não será responsável por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completeza das informações técnicas e financeiras constantes de qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações da presente Escritura de Emissão e dos demais documentos da operação.

6.6. O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico, exceto pela verificação da regular constituição dos referidos documentos, conforme previsto na Instrução CVM 28, e que lhe tenha sido encaminhado pela Emissora ou por terceiros a seu pedido, para basear suas decisões. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração destes documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora, nos termos da legislação aplicável.

- (n) calcular e verificar a manutenção dos Índices Financeiros, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora e à Garantidora todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários, e informar imediatamente os titulares de Debêntures de qualquer descumprimento dos referidos índices financeiros.
- (i) acompanhar com a Instituição Mandatária em cada data de pagamento, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado na presente Escritura de Emissão; e
- (s) realizar, em conjunto com a Emissora, o cálculo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, quando solicitado pelos titulares das Debêntures ou pela Garantidora;
- (r) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures;

indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações; comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP;



6.11. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução, extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos

Debenturistas assim autorizar nos termos do disposto no item 4.13, acima.

6.10.1. O Agente Fiduciário, observado o disposto no item 4.13 desta Escritura de Emissão, somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (e) do item 6.10 acima, se a Assembleia Geral de

- (e) executar a Fiança nos termos do item 4.16.
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial, intervenção ou liquidação da Emissora e/ou da Garantidora;
- (c) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- (b) requerer a falência da Emissora e/ou da Garantidora;
- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;

6.10. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora e/ou a Garantidora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

6.9. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato cuja decisão seja de competência dos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas por estes. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28, e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.



6.11.6. Aplicam-se as hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

6.11.5.1 O Agente Fiduciário substituto devera, imediatamente após sua nomeação, comunica-la aos Debenturistas em forma de aviso nos termos do item 4.19, acima.

6.11.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura de Emissão.

6.11.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita a comunicação prévia à CVM e ao atendimento dos requisitos previstos na Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores aplicáveis.

6.11.3. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração paga ao Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debituristas.

6.11.2. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

6.11.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debituristas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido no item 7.6 desta Escritura de Emissão), ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 30 (trinta) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a substituição, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão.

Clausula Sétima – DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

7.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

7.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, ou por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido no item 7.6 desta Escritura de Emissão).

7.3. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações a respeito das assembleias gerais de acionistas.

7.4. A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

7.5. Cada Debênture conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não.

7.6. Para efeito da constituição do quorum de instalação e/ou de deliberação a que se refere esta Clausula Sétima, serão consideradas "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures em circulação no mercado, excluídas as Debêntures que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam de propriedade de seus controladores (inclusive da Garantidora) ou de qualquer de suas controladas ou coligadas, bem como dos respectivos diretores ou conselheiros e respectivos cônjuges. Para efeitos de *quorum* de deliberação não serão computados, ainda, os votos em branco.

7.7. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora e da Garantidora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

7.8. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

7.9. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos demais Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.





(a) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis brasileiras;

8.1. A Emissora neste ato declara que:

Clausula Oitava – DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA E DA GARANTIDORA

7.13. Independentemente das formalidades previstas na Lei e nesta Escritura de Emissão serão consideradas regulares as deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.

7.12. As deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleias Gerais de Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quorums estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares de Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido nas respectivas Assembleias Gerais de Debenturistas.

7.11. As seguintes deliberações relativas às características das Debêntures, que poderão ser propostas exclusivamente pela Emissora, dependerão da aprovação por Debenturistas que representem pelo menos 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer convocação subsequente: (i) a Remuneração das Debêntures; (ii) a Data de Pagamento da Remuneração; (iii) o prazo de vencimento das Debêntures; (iv) os valores e datas de amortização do principal das Debêntures; (v) a alteração, substituição ou o reforço das garantias; (vi) alteração e/ou renúncia a qualquer das hipóteses de vencimento antecipado estabelecidas no item 4.13, acima; (vii) modificação dos quorums de deliberação estabelecidos nesta Clausula Sétima; (viii) alteração das obrigações adicionais da Emissora estabelecidas na Clausula Quinta; (ix) alteração das obrigações do Agente Fiduciário, estabelecidas na Clausula Sexta; e/ou (x) alterações nos procedimentos aplicáveis às Assembleias Gerais de Debenturistas, estabelecidas nesta Clausula Sétima.

7.10. Exceto conforme estabelecido nesta Escritura de Emissão, as deliberações serão tomadas por Debenturistas que representem 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, inclusive com relação a alterações nas cláusulas ou condições previstas nesta Escritura de Emissão que não apresentem outro quorum específico.



- (b) esta devidamente autorizada e obtive todas as licenças e autorizações necessárias, inclusive as societárias, à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão, o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e a emissão e a colocação das Debêntures não infringem ou contrariam (i) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (aa) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (bb) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora; ou (cc) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (e) as Informações Financeiras Trimestrais relativas ao período encerrado em 31 de setembro de 2011 representam corretamente a posição financeira da Emissora naquela data e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora de forma consolidada;
- (f) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando, à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos no item 3.5 desta Escritura de Emissão;



- (g) esta cumprindo, todos os seus aspectos relevantes, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- (h) exceto por aqueles mencionados nas suas demonstrações financeiras ou de outra forma informados por escrito à totalidade dos Devedoristas, a Emissora não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto substancial e adverso à Emissora;
- (i) as informações e declarações contidas nesta Escritura de Emissão em relação à Emissora e à Oferta Restrita, conforme o caso, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes em todos os aspectos relevantes;
- (j) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
- (k) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade entre a Emissora e o Coordenador Líder, em observância ao princípio da boa-fé;
- (l) esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida, eficaz e vinculativa da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil Brasileiro;
- (m) não é necessária autorização regulatória para celebração desta Escritura de Emissão e para realização da Emissão e da Oferta;
- (n) esta cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais aplicáveis ao exercício de suas atividades, inclusive com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente;
- (o) esta, assim como suas controladas, em dia com o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou



- Judicial ou cujo descumprimento não tenha um efeito adverso relevante na Emissora; e
- (p) possui válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações e licenças, inclusive as ambientais, aplicáveis ao regular exercício de suas atividades.

8.2. A Garantidora neste ato declara e garante que:

- (a) é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade anônima de capital aberto e está devidamente autorizada a conduzir os seus negócios, com plenos poderes para deter, possuir e operar seus bens;
- (b) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão e o Instrumento de Fiança, na condição de fiadora, e a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) não é necessária autorização regulatória para celebração desta Escritura de Emissão e para prestação da Fiança;
- (d) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (e) a celebração desta Escritura de Emissão e do Instrumento de Fiança e a assunção por ela das obrigações previstas na Escritura e no Instrumento de Fiança, bem como a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual seja parte, nem irá resultar em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem, exceto por aqueles já existentes na presente data; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

- (f) as Demonstrações Financeiras da Garantidora, datadas de 31 de dezembro de 2008, 2009 e 2010 e as Informações Financeiras Trimestrais relativas ao



- (m) possui válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações e licenças, inclusive as ambientais exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais relevantes aplicáveis ao regular exercício de suas atividades, estando todas elas válidas, inclusive declara e garante
- (l) esta Escritura de Emissão e o Instrumento de Fiança constituem obrigações legais, válidas, eficazes e vinculativas da Garantidora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil Brasileiro;
- (k) não é do conhecimento da Garantidora, qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções, bem como não há qualquer ligação entre a Garantidora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
- (j) as informações e declarações contidas nesta Escritura de Emissão em relação à Garantidora e à Oferta Restrita, conforme o caso, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes em todos os aspectos relevantes;
- (i) exceto por aqueles mencionados nas suas demonstrações financeiras ou de outra forma informados por escrito à totalidade dos Debitistas, a Garantidora não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto substancial e adverso à Garantidora;
- (h) está cumprindo, todos os seus aspectos relevantes, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- (g) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão e do Instrumento de Fiança;
- período encerrado em 30 de setembro de 2011 e 30 de setembro de 2010, representam corretamente a posição financeira da Garantidora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Garantidora de forma consolidada;



- que solicitará e manterá válidas todas e quaisquer autorizações de que trata esse item, as quais venham a ser futuramente necessárias e exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais relevantes para exercício exceto por aquelas cuja falta não possa, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento de qualquer de suas atividades; ou de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;
- (n) o registro de companhia aberta da Garantidora está atualizado perante a CVM;
- (o) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por livre vontade da Emissora, em observância ao princípio da boa-fé;
- (p) as informações constantes do formulário de referência elaborado pela Garantidora nos termos da Instrução CVM 480 e disponível na página da CVM na Internet ("Formulário de Referência") são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores Qualificados uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (q) o Formulário de Referência (a) contém, no mínimo, e sem prejuízo das disposições legais e regulamentares pertinentes, todas as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores Qualificados, da Garantidora e suas atividades e situação econômico-financeira, dos riscos inerentes às atividades da Garantidora e quaisquer outras informações relevantes; incluindo a Instrução CVM 480;
- (r) não há outros fatos relevantes em relação à Garantidora, às controladas da Garantidora, às coligadas da Garantidora ou às Debêntures não divulgados no Formulário de Referência cuja omissão faça com que qualquer declaração do Formulário de Referência seja falsa, inconsistente, imprecisa, incompleta, incorreta e/ou insuficiente; e
- (s) as opiniões, análises e previsões (se houver) expressas no Formulário de Referência exclusivamente em relação à Garantidora, às controladas da Garantidora e/ou às coligadas da Garantidora foram ou serão dadas de boa-fé, consideradas todas as circunstâncias relevantes no contexto da Oferta Restrita e com base em suposições razoáveis.



9.1. Quaisquer notificações, comunicações, avisos e/ou documentos a serem feitos pela Companhia, pela Garantidora ou pelo Coordenador Líder deverão ser feitas por escrito, por carta registrada com protocolo ou aviso de recebimento expedido pelo correio, carta com entrega pessoal (*courier*) ou *fac-símile*, e serão consideradas entregues (i) se por carta registrada com protocolo ou aviso de recebimento expedido pelo correio, na data constante do protocolo ou aviso de recebimento; (ii) se por entrega pessoal ou *courier*, quando entregues nos endereços dos destinatários; e (iii) se por *fac-símile*, quando transmitidas.

Cláusula Nona – DAS NOTIFICAÇÕES

Para a Emissora:

PCH HOLDING 2 S.A.

Avenida Dr. Cardoso de Melo, 1.184, 7º andar, sala B, Vila Olímpia

São Paulo - SP

CEP 04548-004

At.: Sr. Marcelo Antonio Gonçalves Souza – Diretor Financeiro

Telefone: (11) 3157-9305

Fac-símile: (11) 3157-9464

Correio Eletrônico: marcelo.souza@cpflrenovaveis.com.br

Para a Garantidora:

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Avenida Dr. Cardoso de Melo, 1.184, 7º andar, Vila Olímpia

São Paulo, SP

CEP 04548-004

At.: Sr. Marcelo Antonio Gonçalves Souza – Diretor Financeiro e de Relações com

Investidores

Telefone: (11) 3157-9305

Fac-símile: (11) 3157-9464

Correio Eletrônico: marcelo.souza@cpflrenovaveis.com.br

Para o Agente Fiduciário:

PENTAGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Avenida das Américas, 4.200, Bloco 4 – Sala 514

Rio de Janeiro - RJ

CEP: 22640-102

At.: Sr. Marco Aurélio Ferreira (Backoffice) / Srita. Nathalia Machado (Jurídico)

Telefone: (21) 3385-4585



10.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Clausula Segunda supra, obrigando as partes por si e seus sucessores.

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora ou da Garantidora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora ou pela Garantidora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

Clausula Dez – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Para a CETIP
CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº. 1.663, 4º andar, Jardim Paulistano
São Paulo – SP
CEP: 01452-001
At.: Gerência de Valores Mobiliários
Telefone: (11) 3111-1596
Fac-símile: (11) 3111-1564
Correio Eletrônico: gr.debentures@cetip.com.br

Para a Instituição Mandatária e Agente Escriturador:
ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar, Itaim Bibi
São Paulo – SP
At.: Sra. Ana Paula Gralhóz Stringueta
Telefone: (11) 5029-1528
Fac-símile: (11) 5029-1535
Correio Eletrônico: ana.stringueta@itau-unibanco.com.br

Fac-símile: (21) 3385-4046
Correio Eletrônico: backoffice@pentagonotrustee.com.br /
juridico@pentagonotrustee.com.br



(Página de Assinaturas na próxima página)

São Paulo, 20 de dezembro de 2011.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão a Emissora, o Agente Fiduciário e a Garantidora, na qualidade de interveniente anuente, em 4 (quatro) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

11.1. Fica eleito o Foro Central da Comarca de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

Clausa Onze – DO FORO

10.7. Correrão por conta da Emissora todos os custos incorridos com a Oferta e registro da Garantia, incluindo publicações, inscrições, registros, contratação do Agente Fiduciário e despesas deste no exercício da função para a qual foi contratado, da Instituição Mandatária e Agente Escriturador e dos demais prestadores de serviços, e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures.

10.6. Os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

10.5. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

10.4. A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes, do Código de Processo Civil.

10.3. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura de 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, Com Garantia Fidejussória, Para Distribuição Pública, Com Esforços Restritos de Colocação, Sob Regime de Garantia Firme, da PCH Holding 2 S.A.

PCH HOLDING 2 S.A.

Nome: <u>Walter A. Mendes</u>	Nome: <u>Walter A. Mendes</u>
Cargo: <u>Diretor Financeiro</u>	Cargo: <u>Diretor Financeiro</u>



PENTAGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Nome: WILLIAM MURRAY
Cargo: DIETISTA

Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quilografaria, Com Garantia Fidejussória, Para Distribuição Pública, Com Esforços Restritos de Colocação, Sob Regime de Garantia Firme, da PCH Holding 2 S.A.

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Nome: Marcos A. G. Mendes
 Cargo: Presidente
 Nome: Marcos A. G. Mendes
 Cargo: Presidente
 RG: 28101634-3
 CPF: 290339518-78
 Nome: Raquel Pereira
 RG: 28101634-3

Testemunhas

1. Helena S. Guedes
 Nome: Helena da Silva Guedes
 CPF: 805277398-47
 RG: 32108036-1

2. Raquel Pereira
 Nome: Raquel Pereira
 CPF: 290339518-78
 RG: 28101634-3



SECRETARIA DA FAZENDA
 JUNTA COMERCIAL DO ESTADO
 DE SÃO PAULO
 DESENTORE
 CERTIFICADO DE REGISTRO
 SOB O NÚMERO KATIA REGINA BUENO DE GODOY
 SECRETARIA GERAL

ED000819-9/000



JUCESP

